

# EDUCAÇÃO INDÍGENA: A LEITURA DE MATERIAIS PEDAGÓGICOS UTILIZADOS EM ESCOLAS INDÍGENAS KAINGANG

MARIA SUELI RIBEIRO DA SILVA <sup>1</sup>

## 1. Introdução

As primeiras diretrizes para a Política Nacional de Educação Escolar Indígena, do MEC, datam de 1993. Segundo Pinheiro (2004), a Educação Indígena não possui como referência a educação institucionalizada, que se baseia no letramento e na escola. Mas sim em estratégias educacionais que vão além do âmbito do espaço escolar. A Escola Indígena representa, para a sociedade indígena, muito mais do que formar para concorrer. Ela surge para preservar suas tradições culturais, sociais e, sobretudo, sua língua nativa. Assim, a partir dessa política, as comunidades indígenas passaram a desenvolver, em suas escolas, um projeto de educação bilíngue, em que as crianças são alfabetizadas em língua portuguesa, mas, por outro lado, também aprendem a língua-mãe de sua etnia.

Por meio de uma pesquisa documental, analisamos alguns livros utilizados na escola indígena da aldeia Icatu, próxima à cidade de Braúna (SP) e em escolas das aldeias kaingang do Paraná, localizadas nas regiões de Londrina e de Curitiba, a fim de levantar sugestões para a elaboração de um material pedagógico mais adequado e condizente à realidade das comunidades indígenas kaingang, sobretudo à comunidade de Icatu, no interior paulista, que possui etnia kaingang e terena. Em especial, corroborando também no processo de conscientização das crianças dessa aldeia em relação à sua própria identidade, advinda das relações interétnicas entre os kaingang e os terena.

## 2. Educação Indígena

De acordo com Pinheiro (2004), a Educação Básica para os indígenas é garantida na Constituição Federal de 1988, que assegura sua qualidade, ela ser diferenciada e bilíngue, a fim de fortalecer os costumes, as tradições, as línguas e o processo ensino-aprendizagem da população indígena. O artigo 210 da Constituição fixa conteúdos mínimos para o Ensino Fundamental, assegurando a formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais dos povos indígenas.

Há outras legislações que garantem a Educação Indígena, como: Lei n. 6001 de 01/12/1973, Decreto n. 26 de 04/02/1991, Portaria Interministerial de n. 559 de 14 de abril de 1991, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 26 de dezembro de 1996, propostas curriculares sugeridas no Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas, publicado pelo Ministério da Educação em 1998.

Também, a partir de 1998, com a criação do Núcleo de Educação Indígena – NEI/SEE, do Estado de São Paulo, as escolas sediadas em terras indígenas contrataram professores indígenas bilíngues, com o objetivo de garantir educação escolar

---

<sup>1</sup> Mestre e Doutoranda em Estudos Linguísticos pela UNESP/SJRP, cujo projeto intitula-se “A língua kaingang na aldeia paulista Icatu: uma descrição funcional”, docente do Centro Universitário de Rio Preto – UNIRP; este estudo é resultado da orientação de uma pesquisa de iniciação científica, com a participação das orientandas Bernadete Lourdes S. Oliveira, Maria Ap. Lázaro Trevisan e Saraf Tárzia de Brito, do Curso de Pedagogia da UNIRP.

diferenciada, específica, intercultural e bilíngue, conforme Parecer CNE n. 14/99 referente às Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Escolar Indígena.

A Resolução CNE/CEB n. 3, de 10 de novembro de 1999, fixa as diretrizes nacionais para o funcionamento das Escolas Indígenas. No artigo 2º, determina, como um dos elementos básicos para a organização, a estrutura e o funcionamento da escola indígena, que o ensino seja ministrado nas línguas maternas das comunidades atendidas, como uma das formas de preservação da realidade sociolingüística do povo indígena. E, no seu artigo 8º, diz que atividade docente na escola indígena será exercida prioritariamente por professores indígenas oriundos de sua respectiva etnia.

Conforme Basso (2007) a partir maio de 2002, teve início uma parceria entre a Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (USP) e a Secretaria de Educação do Estado de São Paulo em um Programa de Formação do Magistério do Professor Indígena para Educação Infantil e séries iniciais (1º. ao 4º. Ano) do Ensino Fundamental. Esse programa tem como propósito básico orientar e organizar a formação dos professores indígenas das aldeias do Estado de São Paulo, a fim de que os professores indígenas assumam a escola localizada em sua aldeia.

Em maio de 2005, foi iniciado o Curso de Formação Intercultural Superior do Professor Indígena para Educação Infantil e séries iniciais (1º. ao 4º. Ano) do Ensino Fundamental, também na Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. Este curso finalizou-se em maio de 2008, tendo participado professores indígenas, em serviço, de 29 aldeias paulistas e pertencentes às etnias: guarani, tupi-guarani, krenak, kaingang e terena. Basso (2007), após entrevista com a professora e coordenadora desse Programa da USP, Maria do Carmo Santos Domite, assinala que:

A formação do professor indígena em termos de Brasil é reflexo de um projeto maior que tem como proposta a 'interculturalidade', baseado em encaminhamentos que reconhecem, com convicção, a diferença, a diversidade, a pluralidade como fatos positivos. (...) O grande desafio está em partir dos saberes contextualizados dos alunos, em especial aqueles que podem contribuir para uma aprendizagem mais significativa, (...) como (...) dar às crianças indígenas mais poder intelectual, afetivo, cultural, social e político. (p.8-9)

Dentre todas as informações citadas nesta parte do relatório, notamos que o mais importante é a preocupação da comunidade com a educação de cada indivíduo, para preservar a sua cultura e transmiti-la, de modo adequado, as suas crianças, o que levou os professores indígenas a se preocuparem também com sua formação.

Hoje, a Educação Indígena é parte da Educação Nacional, sendo legitimada por âmbitos legais, como a Constituição Federal; porém, como ocorre em outros níveis da Educação Nacional, ela ainda possui muitas dificuldades em seu processo ensino-aprendizagem. Uma delas é que o contato com a língua portuguesa ajudou a exterminar um pouco da língua de cada povo indígena, dificultando a prática dessas línguas até mesmo na escola indígena.

Outro problema que há na maioria das escolas indígenas foi abordado pelo cacique Felisberto Kokama, da região de Santo Antônio do Içá (AM), em entrevista a Castilho (2007,26): "Há poucos falantes, e com vergonha de falar. A língua é muito preconceituada entre nós mesmos".

Assim, verificamos que a conscientização é fator primordial para que a Educação Indígena possa promover o reavivamento linguísticos e cultural das comunidades indígenas no país. Segundo Silva (2001), a percepção e decorrente conscientização de que existe uma necessidade para se aprender uma determinada

língua é o que pode distinguir ensino dessa língua do ensino geral, por exemplo, da língua portuguesa.

Como Paulo Freire (1980), em seu trabalho sobre alfabetização, nos diz:

(...) os homens são capazes de agir conscientemente sobre a realidade objetivada. É precisamente isto, a “práxis humana”, a unidade indissolúvel entre minha ação e minha reflexão sobre o mundo. (...) A conscientização não pode existir fora da “práxis”, ou melhor, sem o ato ação-reflexão. Esta unidade dialética constitui, de maneira permanente, o modo de ser ou de transformar o mundo que caracteriza os homens. (p.25-26)

Nessa parte da pesquisa, observou como está funcionando a Educação Indígena e suas dificuldades e inserção na prática, para, na sequência, ser apresentada a análise e leitura sobre essa temática.

### **3. Uma análise documental: as cartilhas das escolas indígenas**

Segundo Lüdke e André (1986), a análise documental constitui-se em uma técnica valiosa de abordagem de dados qualitativos, pois complementa as informações obtidas por outras técnicas e pode revelar novos aspectos de um tema ou problema.

Na pesquisa documental, de acordo com essas autoras, “são considerados documentos ‘quaisquer materiais escritos que possam ser usados como fonte de informação sobre o comportamento humano’.” Nesse tipo de pesquisa, busca-se identificar informações factuais nos documentos a partir das perguntas de pesquisa. (op. cit., p. 38)

Assim, nessa pesquisa, além da pesquisa bibliográfica, também foi utilizada a pesquisa documental, levando em consideração as seguintes perguntas de pesquisas:

- a) As leituras (livros) utilizada (o)s em escolas indígenas de aldeias com etnia kaingang contemplam a realidade e a cultura indígena de sua comunidade?
- b) Esses livros contemplam o uso da língua indígena da comunidade de forma eficaz?

Para verificação dessas questões, foram tomadas para análise 05 livros de leitura, que são usados em escolas indígenas kaingang, para o Ensino Fundamental (1º. a 4º. Ano), a saber:

- Leitura n.01– Projeto *Jagne Maré Hyn Han* – Curitiba/ Londrina/UDEL
- Leitura n.02 – Livro de Leitura Kaingang – *Nenkanh mré Minká fi kãme* – Brasília/DF
- Leitura n.03 – Cartilha kaingang - *Nenkanh mré Minká fi kãme* – Ursula/FUNAI (adaptação do livro de leitura)
- Leitura n.04 – Livro - *Uma história Kaingang de São Paulo: trabalho a muitas mãos* – Brasília/ MEC - Coordenação Geral de Apoio às Escolas Indígenas
- Leitura n.05 – *Livro kaingang* – NEI/USP/ Escola Indígena Icatu – Coordenação Geral dos Professores Indígenas de Icatu

Com o auxílio de um questionário de investigação (vide anexos) para se ler e analisar esses livros, foi possível notar os seguintes aspectos que seguem nos quadros:

<b>LIVRO Analisado</b>	<b>Quanto à realidade e à cultura indígena</b>	<b>Quanto ao uso e à apresentação da língua</b>
<b>Leitura n.1</b> <b>Projeto “Jagne Maré Hyn Han” – Curitiba/Londrina/UEL</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Contempla parte da cultura indígena, trazendo temas próprios do povo kaingang, como o milho, a caça, entre outros;</li> <li>• Prende-se à realidade dos índios mais velhos, não contemplando a realidade atual da aldeia.;</li> <li>• Preocupa-se com o olhar da criança, tendo alguns desenhos elaborados pelas crianças da aldeia;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Predomínio de narrativas;</li> <li>• Uso da língua kaingang, porém, seguido da tradução em português;</li> <li>• Não contempla atividade de compreensão da língua ou sobre a sua estrutura;</li> <li>• Apresenta somente textos em kaingang e português (tradução).</li> </ul>

**Quadro A: Análise n.1**

<b>LIVRO Analisado</b>	<b>Quanto à realidade e à cultura indígena</b>	<b>Quanto ao uso e à apresentação da língua</b>
<b>Leitura n.2</b> <b>Livro de Leitura Kaingang – “Nenkanh mré Minká fi kãme” – Brasília/DF</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Prende-se à uma realidade rural, não necessária indígena, trazendo temas curtos e até descontextualizados, como a galinha, a casa, entre outros;</li> <li>• Trata de uma realidade que não é só do índio, mas do mundo, não contemplando a realidade atual da aldeia;</li> <li>• Predomínio do olhar do adulto, com imagens elaboradas por professores, sem contextualização.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Predomínio de textos curtos e artificiais;</li> <li>• Uso da língua kaingang, porém, seguido da tradução em português;</li> <li>• Contempla atividade de compreensão de língua, sua estrutura, mas sem exercícios;</li> <li>• Apresenta somente textos em kaingang e português (tradução).</li> </ul>

### Quadro B: Análise n.2

LIVRO Analisado	Quanto à realidade e à cultura indígena	Quanto ao uso e à apresentação da língua
<p><b>Leitura n.3</b>  <b>Cartilha kaingang - “Nenkanh mré Minká fi kâme” – Ursula/ FUNAI (adaptação do livro de leitura)</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Também contempla parte da cultura indígena, trazendo temas mitos e lendas do povo kaingang, entre outros;</li> <li>• Também se prende à realidade dos índios mais velhos, não contemplando a realidade atual da aldeia;</li> <li>• Predomínio do olhar do adulto, com imagens elaboradas por professores, retratando a lenda.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Predomínio de narrativas;</li> <li>• Uso da língua kaingang, porém, seguido da tradução em português;</li> <li>• Não contempla atividade de compreensão da língua ou sobre a sua estrutura;</li> <li>• Apresenta somente textos em kaingang e português (tradução).</li> </ul>

### Quadro C: Análise n.3

LIVRO Analisado	Quanto à realidade e à cultura indígena	Quanto ao uso e à apresentação da língua
<p><b>Leitura n.4</b>  <b>Livro - Uma história Kaingang de São Paulo: trabalho a muitas mãos – Brasília/ MEC - Coordenação Geral de Apoio às Escolas Indígenas</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Contempla a cultura indígena, trazendo temas do povo kaingang de Icatu e Vanuíre, como o artesanato, os índios mais velhos, a escola indígena, entre outros;</li> <li>• Retrata a realidade atual das aldeias kaingangs paulistas</li> <li>• Predomínio do olhar do adulto, contudo há desenhos elaborados pelas crianças dessas aldeias.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Predomínio de narrativas e autobiografias;</li> <li>• Uso da língua portuguesa, sem menção ao kaingang;</li> <li>• Não contempla atividade de compreensão da língua nativa (e portuguesa) ou sobre a sua estrutura;</li> <li>• Apresenta somente textos em português</li> </ul>

#### Quadro D: Análise n.4

LIVRO Analisado	Quanto à realidade e à cultura indígena	Quanto ao uso e à apresentação da língua
<p><b>Leitura n.5</b>  <b>Livro kaingang – NEI/USP/ Escola Indígena Icatu – Coordenação Geral dos Professores Indígenas de Icatu</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Contempla parte da cultura indígena, trazendo temas sobre animais, como o urubu, a arara, a onça, entre outros;</li> <li>• Não retrata a realidade atual da aldeia Icatu</li> <li>• Predomínio do olhar do adulto, contendo desenhos elaborados pelos professores dessa aldeia.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Predomínio de sentenças temáticas e artificiais, e não textos;</li> <li>• Uso da língua kaingang, porém, seguido da tradução em português;</li> <li>• Não contempla atividade de compreensão da língua ou sobre a sua estrutura;</li> <li>• Apresenta somente frases em kaingang e português (tradução).</li> </ul>

#### Quadro E: Análise n.5

O que se pode observar em todas elas é o predomínio da língua do colonizador, a língua portuguesa, mesmo estando presente a língua nativa, em 04 dos livros analisados (n.1,2,3 e 5). Apenas um deles (n.4) contempla totalmente a cultura e a realidade das aldeias indígenas envolvidas, no caso as aldeias kaingang paulistas (Icatu e Vanuíre). Contudo, não prestigia o uso da língua nativa.

Dessas leituras, três delas são mais usadas nas escolas indígenas kaingang do Paraná (n.1, 2 e 3) e duas (n. 4 e 5) são de uso nas escolas das aldeias kaingang paulistas, em especial a aldeia Icatu, que é o foco desse estudo. Verificou-se ainda que o olhar das crianças indígenas quase nada é contemplado nessas leituras, contendo somente em duas (n.1 e n.4) desenhos por elas elaborados. Também notou que não há atividade lúdica e nem exercícios que auxiliem ou promovam o aprendizado na língua nativa.

A partir dessas análises, foram levantadas algumas sugestões para aprimoramento do ensino-aprendizagem, no Ensino Fundamental (1º. a 4º. Ano), das escolas indígenas, sobretudo em à Escola Indígena de Icatu, apresentadas nas considerações que seguem.

#### Considerações Finais

A partir da leitura e análise de tais materiais, conclui-se que há ainda muito a se fazer para que a Educação Indígena seja eficaz e significativa como assegura a Constituição Federal de 1988 - quanto a sua qualidade, ela ser diferenciada e bilíngue e fortalecer os costumes, as tradições da população indígena - e como determina a

Resolução CNE/CEB n. 3, de 10 de novembro de 1999, sobre as diretrizes nacionais para o funcionamento das Escolas Indígenas.

Isso porque as cartilhas analisadas mostraram que ainda se prioriza a língua portuguesa no material utilizado nas escolas indígenas, não se retrata a realidade e os costumes indígenas das aldeias (mesmo em Icatu), nem há uma preocupação com o olhar infantil e, conseqüentemente, não se tem uma conscientização de seus descendentes quanto à importância do reavivamento linguísticos-cultural da etnia kaingang. Esses resultados parecem confirmar os dizeres do cacique Felisberto Kokama (AM), relatados a Castilho (2007, 26): “(...) A língua é muito preconceituada entre nós mesmos”.

Dessa forma, sugere-se que haja maior conscientização dos próprios indígenas, sobretudo dos professores indígenas kaingang da aldeia Icatu - para qual é direcionada essa pesquisa – buscando colocar na prática o que afirmou a autora e educadora kaingang Maria Inês de Freitas (2005, p. 125) – “Pensando na realidade do universo infantil das crianças a gente tem que pensar na socialização. E essa socialização, acontece em diferentes espaços, lá na comunidade (...)” -, e o grande educador brasileiro Paulo Freire (1980, p.25) - “(...) os homens são capazes de agir conscientemente sobre a realidade objetivada. É precisamente isto, a “práxis humana”, a unidade indissolúvel entre minha ação e minha reflexão sobre o mundo”.

Também é importante criar novos materiais didáticos que contenham atividades pedagógicas e lúdicas que tragam um pouco mais a leitura da realidade das crianças indígenas de hoje, que já são frutos de uma relação interétnica, tendo, por exemplo, pai kaingang e mãe terena como ocorre na comunidade de Icatu. Para tanto, propõe-se que, além de tomar o exemplo desses educadores mencionados, os professores indígenas kaingang possam:

- elaborar um material pedagógico bilíngüe como, por exemplo., contendo leituras em língua kaingang e em terena, para que os alunos já vivenciem primeiro o contato com as línguas nativas de sua realidade;
- inserir atividades lúdicas e dinâmicas que contemplem o aprendizado das línguas nativas, de modo a retratar como é o uso delas naquela comunidade indígena, como receitas, cruzadinhas, canções, entre outros;
- adotar atividades extracurriculares que associem à cultura com o aprendizado da língua nativa, como passeios ecológicos, brincadeiras com os animais existentes na aldeia, pescarias, partidas de futebol, palestras com os mais velhos, entre outras que se referem à realidade da aldeia.

Assim, esse estudo não se esgota aqui, pois é preciso que hajam outras leituras e releituras em prol do reavivamento linguísticos-cultural da Escola Índia Maria Rosa, na aldeia kaingang e terena Icatu, em Braúna, interior paulista, seguindo a reflexão do grande antropólogo Darcy Ribeiro: “Estamos nos construindo na luta para florescer amanhã como uma nova civilização, mestiça e tropical, orgulhosa de si mesma” .

## **Referências Bibliográficas**

BASSO, E. Especial Educação Indígena – Conhecimento não tem dono. **Revista Páginas Abertas**, São Paulo, Ed.Paulus, n. 29, p. 6-15, abril/2007.  
BRASIL. LEGISLAÇÃO FEDERAL. **Constituição Federal**. Brasília: 1988.

CASTILHO, A. L. Riqueza ameaçada. **Revista Língua Portuguesa**, Multilinguismo, São Paulo, Ed. Segmento, n.26, p. 27-30, 2007.

CONSELHO NACIONAL DA EDUCAÇÃO. Brasil. **Parecer CNE n. 14/99** – Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Escolar Indígena. Brasília: MEC/SEF, 1999.

CONSELHO NACIONAL DA EDUCAÇÃO . Brasil. **Resolução CNE/CEB n. 3, de 10 de novembro de 1999** – Diretrizes Nacionais para o funcionamento das Escolas Indígenas e dá outras providências. Brasília: MEC/SEF, 1999.

FREIRE, P. **Conscientização teoria e prática da libertação**: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire. São Paulo: Ed. Moraes, 1980.

FREITAS, M.I.de.. Pedagogia indígena e o processo de escolarização: uma visão kaingang. In: VEIGA, J.; FERREIRA, M.B.R **Anais do VI Encontro sobre Leitura e Escrita em Sociedades Indígenas**, Campinas, n. 6, p.125-141, jul/2005.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M.E.D. **Pesquisa em Educação**. São Paulo: EPU, 1986.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTO. Secretaria de Educação Fundamental. **Lei da Diretrizes e Bases da Educação Nacional - n. 9394/96**. Brasília: MEC/SEF, 26 de dezembro de 1996. (Do Ensino Fundamental-art. 32º.– parágrafo 3º.)

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTO. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas**. Brasília: MEC/SEF, 1998.

PINHEIRO, N.S. Educação Indígena – Oeste e Noroeste Paulista. **Revista UNORP**, São José do Rio Preto, v. VIII, Pedagogia, p.50-75, jul/2004.

RIBEIRO, D. **O povo brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. p.411.